(...) continuação (...) ÁGUAS DO PARAÍBA S.A. - CNPJ 01.280.003/0001-99

às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	61	136
Cíveis	1.977	2.304
Total	2.038	2.440

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	31.377	28.353
Trabalhistas	1.597	622
Tributários	41	31.404
Ambientais	-	1.710
	33.015	62.089

Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R$ 10.893 (R$ 8.955 em 2023) (ii) falta de abastecimento, totalizando R$ 327 (R$ 147 em 2023); (iii) multiplicação de economias,(R$1.630 em 31 de dezembro de 2023); (iv) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R$6.440 (R$ 5.092 em 2023); (v) serviços comerciais, totalizando R$ 7.581 (R$2.451 em 2023); (vi) responsabilidade civil, totalizando R$ 3.078 (R$4.205 em 2023); e (vii) cobrança, totalizando R$ 2.040(R$ 638 em 2023)e (viii) outros, totalizando R$ 1.018 (R$ 5.235 em 2023). *Tributários: Processo 10725.720766/2020-44:* Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R$ 34.077(R$ 31.366 em 2023). Atualmente, o processo encontra-se aguardando análise da impugnação apresentada. De acordo com a avaliação da Concessionária e de seus assessores legais, é provável a impugnação e posterior cancelamento do processo. Desta forma, a probabilidade de perda é considerada remota.

20. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$ 1.712 (R$ 2.198 em 31 de dezembro de 2023). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações	1.321	1.573
Encargos sociais	336	585
Plano de saúde	24	27
Plano de previdência privada	19	3
Outros	12	10
	1.712	2.198

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	-	4
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	138	197
Total do ativo circulante	138	201
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	736	182
ERG Participações Ltda.	1.264	313
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	736	182
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	130	32
Synval Filgueiras de Moraes Junior	1.038	257
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	1.385	343
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	1.038	257
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	62.919	15.576
	69.246	17.142
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	2.143	1.520
Águas de Juturnaíba S.A.	-	8
	2.143	1.528
Total do passivo circulante	71.389	18.670
Resultado com partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023
Contrato de gestão - *Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(16.009)	(14.703)

(a) Os saldos decorrem de transações entre Concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Feel) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar. **21. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social realizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$116.500 (R$ 116.500 em 2023) e está representado por 8.000 (oito mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.670 (duas mil, seiscentas e setenta) ações ordinárias e 5.330 (cinco mil, trezentas e trinta) ações preferenciais.

Acionistas	ON	PN	Total	%
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A	2.536	4.733	7.269	90,8667%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	40	80	120	1,5000%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	54	106	160	2,0000%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	40	80	120	1,5000%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	15	15	0,1833%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	85	85	1,0667%
ERG Participações Ltda.	-	146	146	1,8166%
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	85	85	1,0667%
Total	2.670	5.330	8.000	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2024, foram destinados dividendos extraordinários no total de R$ 55.860, sendo R$ 7.360 por meio da reversão de parte da reserva de retenção de lucros e R$ 48.500 referentes à parte do resultado do exercício. Ao longo do exercício de 2024, houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R$ 12.375, sendo R$ 1.856 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando um valor líquido de R$ 10.519 destinado à distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	74.178	60.799
Constituição da reserva legal - 5%	(1.975)	(3.040)
Base de cálculo dos dividendos	72.203	57.759
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	18.051	14.440

e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

22. Receita líquida	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	388.333	336.712
Receita de construção	36.879	37.208
Cancelamentos	(8.125)	(1.424)
Receita bruta	422.087	372.496
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(33.684)	(29.735)
Descontos concedidos	(19.015)	(13.919)
Receita líquida	369.388	328.842

23. Custos dos serviços prestados	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(2.446)	(2.264)
Ônus da concessão	(603)	(4.050)
Energia elétrica	(18.732)	(14.756)
Custo de construção	(36.879)	(37.208)
Materiais aplicados nos serviços	(11.882)	(14.341)
Salários e benefícios a empregados	(30.417)	(29.858)
Utilização de imóveis e telefonia	(897)	(1.056)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(5.599)	(6.250)
Serviços de terceiros	(19.278)	(19.228)
Depreciações e amortizações	(22.014)	(20.823)
Outros custos	(314)	(578)
	(149.061)	(150.412)

24. Despesas gerais e administrativas	31/12/2024	31/12/2023
Salários e benefícios a empregados	(24.718)	(24.352)
Utilização de imóveis e telefonia	(931)	(1.232)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.751)	(1.669)
Serviços de terceiros	(33.039)	(31.765)
Despesas com contencioso	(1.847)	(1.071)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(355)	(444)
Depreciações e amortizações	(419)	(396)
Perdas de crédito das contas a receber	(26.900)	6.305
Reversões de contingências	229	689
Despesas com comunicação	(2.580)	(2.218)
Outras despesas	(7.739)	(5.994)
	(100.050)	(62.147)

25. Resultado financeiro	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	12.786	10.199
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(937)	(775)
Juros e multas vinculadas à operação	5.931	5.665
Variação monetária sobre outros ativos	927	8
Ganhos com operações de *swap*	493	372
Ganhos com derivativos	42	267
Outras receitas financeiras	5	421
	19.247	16.157
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	(33.101)	(33.351)
Juros de arrendamentos	(3)	(2)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos	(923)	(1.411)
Atualização monetária das contingências	173	348
Tributos sobre operações financeiras	(29)	(37)
Descontos concedidos	(1.166)	(10.352)
Perdas com operações de *swap*	(20)	(179)
Perdas com derivativos	(497)	(344)
Comissão e escrituração	(100)	(110)
Outras despesas financeiras	(825)	(3.249)
	(36.491)	(48.687)
Resultado financeiro	(17.244)	(32.530)

26. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2024 a 27/10/2025	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	13.000
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2024 a 31/12/2025	138.878
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	5.000
Garantia de concessão	14/09/2024 a 14/09/2025	7.547
Seguro de veículos	20/08/2024 a 20/08/2025	100
Garantia judicial	26/03/2023 a 18/09/2026	9.553

27. Transações que não envolvem caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição de direito de uso	49	
Juros capitalizados	1.015	75
IRRF sobre swap	74	56
Destinação de juros sobre capital próprio	10.519	9.300
	11.657	10.031

Carlos Eduardo Tavares de Castro – Diretor; Giuliano Junho Tinoco – Diretor; Anderson Xavier de Farias – Contador - CPF.: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da **Águas do Paraíba S.A.**: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Paraíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, nos conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F;
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO RIO PARDO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 007/2024. Originado da realização do Processo Licitatório nº 018/2024, Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 008/2024. Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para manutenção de equipamentos hospitalares para manutenção dos municípios consorciados ao CISARP. Contratado: Alpha Comercio e Serviço Ltda - CNPJ 31.158.317/0001-84. Valor: R$ 580.000,00. Vigência: 12 meses. Informações complementares através do e-mail: cistaiobeiras@gmail.com, preferencialmente.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE PARANAPANEMA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025

Ratificação. Ref. Chamamento Público 001/2025 - Proc. 009/2025.

Credenciamento de Pessoa(s) Jurídica(s) para a prestação de serviços de exames laboratoriais destinados a municípios consorciados. Ratificado o credenciamento das empresas: OURILAB DIAGNÓSTICO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. EPP, CNPJ nº 04.343.198/0006-71 para atuar junto ao município de Salto Grande; e, BIO LAB LTDA. ME, CNPJ nº 47.639.062/0001-01 para atuar junto aos municípios de JOÃO RAMALHO, LUTÉCIA, MARACAÍ, QUATÁ, RANCHARIA e TACIBA. Valor: Tabela SUS (http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp). Pagamento: 30 dias contados do término do mês em que o serviço foi prestado. Vigência: 12 meses, prorrogável. Homologada a habilitação das credenciadas. Fundamento legal: Inexigência de licitação fundamentada no inciso IV do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. Íntegra(s) em www.civap.com.br.

Assis, 25 de março de 2025.
LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES
Presidente

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA - PORTAL DO SERTÃO

AVISOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2025
REPUBLICAÇÃO
PA 05/25. Menor preço.

Manutenção em sistema completo de combate a incêndio e pânico. Apresentar proposta de preço no prazo de 03 dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Propostas e demais documentos de habilitação deverão ser enviados através do e-mail, com o assunto obrigatório: PROPOSTA COMERCIAL DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2025 ou presencialmente no setor de licitações. Limite para apresentação da proposta de preços: 28/03/25 às 17h.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2025
PA 17/25. Menor preço.

Fornecimento de galões de água mineral de 20 litros. Apresentar proposta de preço no prazo de 03 dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Propostas e demais documentos de habilitação deverão ser enviados através do e-mail: comprasconsorciodesaudefsa@hotmail.com, com o assunto obrigatório: PROPOSTA COMERCIAL DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 17/2025 ou no setor de licitações, de 8h às 17h, Rua São Cosme e Damião, 500, Santa Mônica I. Limite para apresentação da proposta de preços: 28/03/25 às 17h. Informações: tel. 71996450743 ou na CPL. Termo de referência e o modelo de proposta comercial: https://www.consorcioportaldosertao.ba.ipmbrasil.org.br/diario.

Feira de Santana/Ba, 24 de março de 2025.
RANGEL UILSON DE CARVALHO OLIVEIRA
Pregoeiro

FACULDADE SÃO LEOPOLDO MANDIC - MATRIZ

AVISO
REGISTRO DE DIPLOMAS

Mantenedora: Sociedade Regional de Ensino e Saúde Ltda. sob CNPJ 04600555/0001-25. Mantida: Faculdade São Leopoldo Mandic, com sede na cidade de Campinas - SP, na Rua Dr. José Rocha Junqueira, Nº 13, Swift.

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de Outubro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram emitidos e registrados durante o período de 20/02/2025 à 26/02/2025, 10 [dez] diplomas de Graduação em Medicina e 1 [um] diploma de Graduação em Odontologia, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: Livro 05 - registros 623 a 633; A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço: https://portal.slmandic.edu.br/FrameHTML/web/app/Edu/PortalEducacional/js/aluno/diploma no site da Faculdade São Leopoldo Mandic.

Campinas, 17 de março de 2025
YARA OLIVEIRA RIGACCI THEOTONIO
p/ Comissão

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO

ELEIÇÕES SINDICAIS

Será realizada eleição, no dia 27 de junho de 2025, no período de 10:00 às 16:00 horas, na sede desta Entidade, sito na Rodovia Admar Gonzaga, 2765 - Itacorubi, nesta Capital, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto ao Conselho da Confederação Nacional da Indústria - CNI, devendo o registro de chapas ser apresentado à Secretaria, no horário de 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, no período de trinta (30) dias a contar da publicação deste AVISO.

O Edital de Convocação da eleição encontra-se afixado na sede desta Entidade.

Florianópolis, 25 de março de 2025.
MÁRIO CEZAR DE AGUIAR
Presidente da Federação

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS CLUBES ESPORTIVOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS CLUBES ESPORTIVOS - FENACLUBES

CNPJ: 05.232.628/0001-36

De conformidade com o disposto no Estatuto Social da Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES, especialmente quanto ao artigo 40, inciso II alínea "a", combinado com a alínea "c" do artigo 32, ficam convidados e convocados todos os Conselheiros Fiscais Titulares e, na impossibilidade, os Suplentes, para reunião extraordinária a ser realizada no dia 03 de abril de 2025 (quinta-feira), às 17:30 horas, na sede da FENACLUBES, à Rua Açaí, 540 - Bairro das Palmeiras, Campinas/SP.

ORDEM DOS TRABALHOS

, abertura da sessão, pelo Presidente da FENACLUBES;
, leitura do edital de convocação;
, discussão e votação com a seguinte:

ORDEM DO DIA

Deliberar e dar parecer sobre a proposta da Diretoria Executiva da FENACLUBES para compra e venda de imóveis.

Campinas, 24 de março de 2025
ARIALDO BOSCOLO
Presidente da FENACLUBES